

INVESTIGAÇÃO

Procuradoria reluta em apurar caso Banpará

Processo que apurava fraude na transferência de aplicações foi arquivado

CARLOS MENDES

BELÉM – Se depender da disposição do Ministério Público do Pará, será difícil levar adiante qualquer investigação sobre o envolvimento do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), na transferência de supostas aplicações financeiras de clientes do Banco do Estado do Pará (Banpará) para sua conta pessoal no Banco Itaú, agência

Jardim Botânico, no Rio.

Em 1990, o então promotor Geraldo Rocha – hoje procurador-geral de Justiça –, após receber o primeiro relatório do Banco Central sobre as irregularidades, pediu o arquivamento do caso, alegando que não havia a quem acusar.

Um ano depois, um novo relatório do BC foi enviado ao Pará, mas sequer chegou às mãos de Rocha. Foi arquivado pela procuradora-geral, Marília Crespo. Em 1996, Marília abandonou o Ministério Público para filiar-se ao PMDB, pelo qual elegeu-se vereadora de Belém, com o apoio de Jader. No ano passado, tentou a re-

leição, mas perdeu.

Rocha é quem atualmente chefia o Ministério Público paraense. Foi reconduzido ao cargo no início deste mês pelo governador, Almir Gabriel.

Procurado pela reportagem do **Estado** na sexta-feira, ele não foi encontrado na sede do órgão. Sua assessoria informou que o procurador, com um problema de saúde, foi hospitalizado.

O promotor Vicente Miranda, que há mais de dez dias solicitou ao BC a re-

messa de documentos que supostamente incriminariam Jader no desvio de R\$ 10 milhões do Banpará, pouco ou quase nada poderá fazer para encontrar e responsabilizar os culpados. Sua atribuição no Ministério Público é limitada à apuração de crimes por improbidade administrativa.

Procurado, Miranda esquivou-se. Por intermédio de um funcionário do Ministério Público, mandou dizer que só irá se manifestar no “momento oportuno”.

PROMOTOR
ALEGOU QUE
NÃO TINHA A
QUEM ACUSAR